



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

CPI - BIOPIRATARIA		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 1542/05	DATA: 5/10/2005
INÍCIO: 14h41min	TÉRMINO: 16h15min	DURAÇÃO: 01h34min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 01h34min	PÁGINAS: 28	QUARTOS: 19

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

ELIAS SALAME DA SILVA - Empresário.  
MEIRE PESSOA CABRAL Empresária do setor madeireiro no Estado Pará.

SUMÁRIO: Tomada de depoimento e apreciação de requerimentos

OBSERVAÇÕES

Há termo ininteligível.  
Há intervenção fora do microfone. Inaudível.  
A reunião foi suspensa.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Boa tarde.

Declaro aberta a 45ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar tráfico de animais e plantas silvestres brasileiros, exploração e comércio ilegal de madeira e biopirataria no País.

Encontram-se sobre as bancadas cópias das atas da 44ª reunião. Pergunto aos Srs. Parlamentares se há necessidade da leitura das referidas atas. *(Pausa.)*

Não havendo quem se manifeste nesse sentido, em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-las, em votação.

Os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Em decorrência de aprovação de requerimentos de autoria do Deputado Sarney Filho, esta Comissão se reúne hoje em audiência pública para ouvir as seguintes testemunhas: Sr. Elias Salame da Silva, empresário; e Sra. Meire Pessoa Cabral, empresária do setor madeireiro no Estado do Pará.

Agradeço ao Dr. Elias Salame da Silva a presença e o convido a tomar assento à mesa.

Nos termos da legislação, solicito ao Sr. Elias a fineza de prestar o juramento.

**O SR. ELIAS SALAME DA SILVA** - Faço, sob palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado. Eu quero complementar isso dizendo: eu passei a vida inteira dizendo a verdade, graças a Deus.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Agradecemos a sua participação.

De conformidade com o art. 210 do Código de Processo Penal, somos aqui obrigados a ler o art. 342: *“Fazer afirmação falsa, ou negar ou calar a verdade, como testemunha...”* Para esse crime se comina uma pena de reclusão de 1 a 3 anos e multa.

Passo a palavra ao Sr. Elias Salame da Silva, que tem inicialmente, se assim lhe aprouver, a seu critério, a prerrogativa de usar a palavra por 20 minutos antes de responder às perguntas dos Srs. Deputados.

**O SR. ELIAS SALAME DA SILVA** - Qualquer posicionamento sobre o uso da Amazônia, ainda que escudado sobre dados científicos, pode ser polêmico. E o nosso posicionamento está estribado apenas em vivência. A questão ecológica, muitas vezes, se torna num protecionismo disfarçado. A lógica de que qualquer



investimento na região provoque efeitos multiplicadores não é neutra e está trazendo prejuízos incalculáveis à infra-estrutura produtiva e à qualidade de vida das populações amazônicas. Hoje, o preço dos produtos, renováveis ou não, são ditados pelo mercado do momento, não refletindo nunca os altos custos dos controles burocráticos e racionais em nome da defesa ambiental nem o conceito de escassez futura. O capital natural não se distingue do capital produtivo e adota a hipótese de substituição do produto à medida que os recursos naturais se forem esgotando através do progresso tecnológico. O conflito entre a necessidade de consumo mínimo e as disponibilidades dos recursos naturais é inevitável. Muitas vezes a quantidade sustentável não suporta economicamente a sobrevivência das populações. Há que se levar em conta que a dura disputa pelo pouco produz categorias sociais incapazes de garantirem a melhoria do seu próprio bem-estar, embora muitas mazelas ambientais da Amazônia sejam reflexos da transferência de outras áreas do País. Tem mais de 500 mil habitantes oriundos dos Estados pobres do Piauí, do Maranhão e do Tocantins que foram para o Pará em busca de condições melhores. A falta de conhecimento humano, geográfico, econômico, tecnológico e científico sobre a Amazônia tem gerado um constante conflito entre o real e o imaginário. E, se não houver um incentivo à industrialização, único instrumento agregador de valores capazes de absolver a massa de populações necessitadas, oriundas de outros Estados, ela é levada ao extrativismo e essa pressão é predadora e poluidora. A mídia difundiu intensamente os mitos de que a Amazônia é o pulmão do mundo e a maior biodiversidade da terra, e as suas imagens de derrubadas e queimadas na Amazônia, sempre acompanhadas de anúncios de extrema velocidade, induziram à crença de extinção das florestas e da biodiversidade em poucos dias, produzindo forte impacto na opinião pública, gerando a edição, no calor das paixões ambientalistas, de normas, de imposições antieconômicas e difíceis de cumprir, com penas de perda da liberdade, de impedimento da atividade econômica, apreensão de mercadorias e equipamentos e outras restrições de direito, além de muitas de valor, muito superiores aos bens apreendidos e até a força do punido, tornando-as impossíveis de execução, inviabilizando os empreendimentos. O arbitramento de multa deve considerar uma série de princípios dispostos no Decreto 3.179/99, gravidade dos fatos das suas conseqüências para o meio ambiente e saúde pública, dos motivos antecedentes e



situações econômicas do infrator, avaliação que na maioria das vezes está fora do alcance da competência técnica e das informações disponíveis do agente autuante, que, na prática, age arbitrariamente de acordo com seu humor e suas paixões. O arbitramento da pena e do valor da multa deveria ficar à exclusiva competência da autoridade julgadora, e depois de ter acesso às informações necessárias e à defesa do autuado e dentro das variações legais, como o Ministério do Trabalho já faz com muito sucesso, minorando os casos de desvio de conduta das ações fiscalizadoras. Também os valores estabelecidos no Decreto 3.179 estão muito fora da realidade. Parecem fruto da raiva e não do bom senso. Enquanto isso, as populações crescem aceleradamente ao lado de grandes estoques de madeiras, porém proibidas, tornando inevitável o canibalismo madeireiro para a satisfação de suas necessidades. A pressão da demanda sobre a floresta amazônica pode ser aliviada à medida que as florestas plantadas fornecerem suplementarmente a quantidade e as espécies de madeiras exigidas pelo mercado. Hoje o manejo florestal, além das grandes dificuldades burocráticas, implica grande aumento real dos custos, com inventários 100%, abertura de estradas, respeitando as curvas de nível, disponibilidade de grandes áreas, imobilização financeira com os juros altos do Brasil, etc. Por outro lado, o IBAMA exige prova do domínio da terra. Esse é um problema. Talvez uma das questões principais seja a questão fundiária. Em toda a Amazônia, não há solução à vista da questão fundiária. Digo que a União é a maior grileira deste País e já tomou muito mais da metade do Estado do Pará. Acontece que tomou com toda essa gente dentro, que acha que eles herdaram do tataravô, porque recebeu um título de posse e que foram cancelando. E aí eles só saem de lá mortos. Essa é um das questões graves da violência. Por outro lado, a União está exigindo definição de longitude, definição de latitude, etc, recursos que essa gente que está na terra não tem nem competência e, muito menos, recursos para fazer isso. Nem pode contratar um profissional. Com uma sucessão estonteante de siglas, MEAF, MIRAD, SUPRA, CERA, IBRA, INDA, GETAT, GEBAM, INTER e, por fim, o INCRA. No meu tempo de menino se dizia que “fruta madura na beira da estrada ou tá bichada ou tem marimbondos perto”. Então, vejam, a União desapropriou exatamente nas beiras de estradas, 100 quilômetros de cada lado. E não tem competência nem para vigiar. Se a ordem jurídica fosse pacífica, só a exploração seletiva, com pouco traumatismo, permitiria a regeneração da floresta.



Mas o aumento crescente das populações necessitadas, pressionando as florestas, está tornando isso impossível. E os investimentos econômicos necessitam de segurança. Está havendo um conflito entre a opção burocrática e técnica e o complexo econômico e social da região. Se a regra do jogo não conduzir a um efetivo benefício econômico, a extração racional da madeira será difícil de ser efetivada. O grande desafio, portanto, é um sistema de manejo adequado tanto sob o ponto de vista econômico quanto de preservação, através de uma exploração sustentada e que não imponha aos industriais madeireiros a necessidade de serem latifundiários. Outro caminho são as florestas industriais plantadas para suprimento complementar dos manejos de florestas nativas. Aqui vale um lembrete: em 1862, o Barão do Bom Retiro, Ministro de Dom Pedro II, expropriou uma área de terras degradadas pelo cultivo intensivo de plantações de café e de cana-de-açúcar na Tijuca, no Rio de Janeiro, e nomeou seu administrador o Major da Guarda Nacional, Manoel Gomes Archer. Os assistentes do Major não possuíam conhecimento de lavoura. Manoel Moçambique, Preta Maria, Leopoldo Constantino, Eleutério e Mateus. Mas se danaram a reflorestar a área, trazendo as mudas em lombo de mulas da fazenda do Major Archer, a cerca de 60 quilômetros de distância. O Major faleceu em 1907, mas deixou uma floresta, que se agregou a outras áreas remanescentes da floresta atlântica. Um monumento vivo, conhecido pelo mundo inteiro, que evidencia a capacidade deste grande País de vencer desafios. Antes de continuar, eu queria fazer aqui algumas divagações. Digo que as proibições, as altas alíquotas e as dificuldades burocráticas são irmãs gêmeas da corrupção e do contrabando. Aqui ou em qualquer lugar do mundo, hoje e em todo o tempo da História. O Brasil plantou 5 milhões 272 mil 167 hectares com o projeto Fiset, assim distribuídos: papel e celulose, 1 milhão 602 mil 985 hectares; siderurgia e carvão vegetal, 1 milhão 640 mil 526; madeira processada mecanicamente, 854 mil 555; frutíferas e palmáceas, 605 mil 557; outros fins, 610 mil 697. Foi o maior reflorestamento da história do planeta Terra. Mas, no Governo Sarney, ele achou que, em todo canto, tinha muita árvore, que só faltava árvore no Nordeste, e transformou o projeto privativo do Nordeste, que retirara o dinheiro mas não plantou as árvores. E o projeto faliu. Os produtores de celulose e papel estão plantando 60 mil hectares por ano. É evidente que nós também somos capazes de plantar florestas na Amazônia e com espécies com garantia de mercado. Só precisamos de



um programa de financiamento adequado. É urgente a necessidade de atenção dos pesquisadores, professores e estudantes para obtenção de respostas a curto prazo, acompanhando o esforço da iniciativa privada. As nossas principais necessidades de pesquisa se referem a nutrição adequada, ataques de inseto, espaçamento, compatibilidade de consórcios entre espécies, tabelas de crescimento, estimativa de desbaste, melhoramento genético e clonagem. No Pará, há um programa em elaboração, o PROER. Há alguns anos, criamos, pela Associação das Indústrias Exportadoras de Madeira do Pará, um laboratório de colheita, seleção, armazenagem, distribuição de sementes e mudas. Eu trouxe algumas fotografias desse trabalho. Temos feito até parcerias internacionais. Recentemente, recebemos uma caravana da Martinica. Ensinamos as coisas para eles e plantamos até algumas árvores em conjunto. Também acumulamos um cabedal de conhecimentos sobre reprodução da floresta tropical e temos capacidade de armazenagem de, pelo menos, 10 mil toneladas de semente. Outros companheiros em Marabá estão com um projeto quase pronto, se é que não está pronto, nas mesmas condições. Tenho 67 anos, e o meu sócio 78. Durante esse Governo, não, porque a gente tem sido tão perseguido que não tem condições de sobreviver, mas nós plantávamos uma média de 20 mil árvores por ano. Uma vez ele me perguntou: *“Elias, tu ainda tens esperança de colher alguma coisa daqui?”* *“Ora, Fuad, isso não está na nossa cabeça. Não nos incomoda. Vai plantar.”*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Desculpe, nós reservaremos no finalzinho mais um tempinho para o senhor, depois das perguntas, está certo? Concluindo esse início.

**O SR. ELIAS SALAME DA SILVA** - Eu vou pulando. No passado, a política do Governo Federal de ocupação da Amazônia tinha como base a expansão da atividade agropecuária. Milhões de hectares de florestas foram derrubadas e convertidas em passagens com financiamento público. A política de ocupação foi revisada, e ficaram extensas áreas desmatadas. Segundo a SECTAM, Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Pará, 9 milhões 370 hectares só no Pará, em fase de degradação, que, se forem reflorestados, proporcionarão um grande resultado. Vale salientar aqui que a Amazônia não é uma floresta imensa. De acordo com o regime pluviométrico, a vegetação, a Região Norte no limite do Pará com o Amapá já é um cerrado e depois se transforma numa savana que entra, pelo norte do Amazonas,



dentro de Roraima por volta de 400 mil quilômetros quadrados de savana. Se você for pela margem do Amazonas, de Belém — em Belém e seus arredores, num raio de 150 quilômetros, a chuva é de 3 mil 550 milímetros —, é área de floresta. Mas está perto da maior infra-estrutura. Então, ninguém pode deixar de derrubar floresta para civilizar, construir cidades, estradas e até agricultura inadequada e pecuária. Um coqueiro no Nordeste produz de 30 a 40 cocos por ano. A Amazônia, nessa região da Grande Belém, produz 120 cocos por ano. Olhe quantas vezes mais. A Socôco distribuiu isso, plantou coqueiro na região, colhe mais de 300 mil cocos por dia e está mandando o produto primário para Alagoas fazer a complementação industrial.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Agradecemos ao senhor. Passamos para as perguntas, por favor.

Temos, inicialmente, algumas perguntas do Sr. Relator, que me pediu que as encaminhasse. Tão logo venha, transfiro essas perguntas ao Relator, Deputado Sarney Filho. A primeira pergunta é a seguinte: por quanto tempo o senhor foi Presidente da Associação das Indústrias Exportadoras de Madeira do Estado do Pará?

**O SR. ELIAS SALAME DA SILVA** - A AIMEX que o senhor quer dizer? Eu fui Presidente da Associação por quatro mandatos e ficaria lá eternamente se não brigasse para sair. Só faltam três anos para eu completar 80 anos, e eu queria esse restinho de vida para escrever alguma coisa sobre a construção do Estado do Pará. A minha geração construiu esse Estado. Mas fui também Presidente da Associação Comercial do Pará e da Federação das Associações Comerciais do Pará.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Perfeito.

Num processo de sindicância instaurado para verificar irregularidades da Operação Verde para Sempre, um plano de manejo florestal sustentável de sua responsabilidade foi reprovado pelo GEREX/IBAMA, Belém, e, logo em seguida, protocolado e aprovado, seis dias após, pelo GEREX/IBAMA de Santarém, mesmo sem ter sido adicionado nenhum novo documento. O senhor teria alguma consideração a respeito?

**O SR. ELIAS SALAME DA SILVA** - Tenho. As terras em que estava o manejo florestal, aprovado pelo IBAMA, inclusive pelo IBAMA de Santarém, com títulos antigos de posse que foram cancelando, mas que estavam na minha posse



há mais de 30 anos e na posse do meu sócio Fuad há mais de 50 anos. Cancelaram o projeto, apreenderam minhas máquinas pesadas, tratores de esteiras, pás mecânicas pesadas, carretas Volvo de 5 eixos etc. Apreenderam 24 mil metros cúbicos de madeira. E por isso me multaram em 2 milhões 400 mil reais. Acho que eu morro, e a questão não termina. Mas a madeira, eu já soube, até roubaram. Tem também lá muitas outras pessoas. Deve ter criadores de búfalos, com mais de 40 mil búfalos e muitas famílias que estavam lá, achando há várias gerações que aquilo era do seu ancestral. Prometeram para essas famílias 7 mil reais de indenização — até hoje não deram nada. O comércio de Porto de Moz está quebrando, porque os compradores tinham receita proveniente do negócio da madeira. E eu acho que quem manda lá — vou dar o nome bem claro — é o Paulo Adário, representante do Greenpeace aqui no Brasil, radicado em Manaus. Durante muitos anos, nós conseguimos que os Presidentes da República não assinassem esse decreto da criação da reserva. Juntando a de Porto de Moz com a de Altamira, dão mais de 2 milhões de hectares. Sou descendente de libaneses. O Líbano tem só 1 milhão e 40 mil. E o máximo que beneficiaria seria umas 200 famílias, mas nem elas foram beneficiadas. Eu acho que qualquer política sobre a Amazônia deveria respeitar o direito das populações que lá residem, para participar dessas discussões. O Pará é brasileiro por opção. Quase um ano... A independência foi em 7 de setembro, e só no dia 15 de agosto do ano seguinte o Pará conseguiu, com muitos sacrifícios e mártires, aderir ao Brasil.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Thelma de Oliveira) - Sr. Elias...

**O SR. ELIAS SALAME DA SILVA** - Queremos ser brasileiros e todos quantos lá morando, mourejando, sofrendo, morrendo e vendo até os seus serem saqueados, autenticam pelo seu mesmo martírio que as terras do Pará também são terras do Brasil.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Thelma de Oliveira) - Nós gostaríamos, porque nós temos uma série de perguntas, que o senhor, por gentileza, fosse mais sucinto por favor.

**O SR. ELIAS SALAME DA SILVA** - Faça as perguntas.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Thelma de Oliveira) - Nós gostaríamos de que o senhor especificasse melhor por quanto tempo o senhor foi Presidente da Associação e em que período o senhor foi Presidente. Quantos anos?



**O SR. ELIAS SALAME DA SILVA** - Bem, eu disse agora que eu fui Presidente por quatro mandatos. Cada mandato de dois anos, portanto, presidi por oito anos.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Thelma de Oliveira) - E de quando a quando?

**O SR. ELIAS SALAME DA SILVA** - Em março, eu passei para o Manoel Dias...

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Thelma de Oliveira) - Não, pois é. Esses oito anos foram de que ano a que ano?

**O SR. ELIAS SALAME DA SILVA** - Bem, foi, de março para trás, oito anos.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Thelma de Oliveira) - De março para trás oito anos. Está certo. Nessa condição, como explicar a enorme quantidade de multas aplicadas a V.Sa. em valores que de 2001 ao presente superam 3 milhões de reais?

**O SR. ELIAS SALAME DA SILVA** - Como é?

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Thelma de Oliveira) - Nessa condição, como explicar a enorme quantidade de multas aplicadas a V.Sa. em valores que, de 2001 ao presente, superam 3 milhões de reais?

**O SR. ELIAS SALAME DA SILVA** - Eu não tenho condições de responder se o valor supera ou não. Mas tenho uma multa de 2 milhões e 400 mil sobre as toras que me apreenderam e uma de 176 mil sobre o desmate de um porto que há 100 anos já é desmatado. Mas um fiscal do IBAMA tem muito mais poder do que um juiz togado. E qualquer decisão dele não só fulmina com multa, que não se pode pagar — e eu falei do valor da multa já no princípio —, como impede de ter atividades. E aí a gente leva um tempão brigando administrativamente, que nunca respondem, e, depois, na Justiça. Então, as leis do IBAMA, eu disse aqui — a senhora não estava presente — que elas foram outorgadas mediante um momento de paixão. Nenhuma lei tem, eu digo, eficácia total. Nem as tábuas de Moisés, que são as mais perfeitas leis do mundo, que todos os países adotaram e que ninguém se arvorou a fazer uma emenda de aperfeiçoamento. Proíbem matar e proíbem roubar. E continuam matando e roubando.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Thelma de Oliveira) - O que V.Sa. tem a declarar a respeito da Operação Verde para Sempre, efetuada entre novembro e



dezembro de 2003, pelo IBAMA, em Porto de Moz, no Pará, que, entre outros, fiscalizou um plano de manejo florestal sustentável de V.Sa.?

**O SR. ELIAS SALAME DA SILVA** - Eles cancelaram o manejo algum tempo antes do decreto da criação. Então, o manejo foi cancelado antes de o Presidente assinar o decreto. Esse decreto nós tínhamos conseguido durante todo o mandato do então Presidente Fernando Henrique que ele fosse editado.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Thelma de Oliveira) - O senhor poderia falar mais próximo do microfone, por favor ?

**O SR. ELIAS SALAME DA SILVA** - É que ele está longe.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Thelma de Oliveira) - É. Porque nós precisamos gravar.

**O SR. ELIAS SALAME DA SILVA** - Repito de novo?

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Thelma de Oliveira) - Sim, por favor.

**O SR. ELIAS SALAME DA SILVA** - Durante muitos anos, e fazendo assembleias locais, houve a tentativa de se impor essas reservas. De todas as assembleias que fizeram redundou desordem etc. O então Ministro do Meio Ambiente, Deputado Sarney Filho, o então Governador do Pará, Almir Gabriel, e o então Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, garantiram que, sob o poder deles, não seria editado. Eles saíram, e o novo Governo editou com uma celeridade extraordinária. Então...

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Thelma de Oliveira) - Quando foi suspenso?

**O SR. ELIAS SALAME DA SILVA** - Como?

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Thelma de Oliveira) - O senhor falou que nem chegou...

**O SR. ELIAS SALAME DA SILVA** - O meu manejo lá foi suspenso um tempo antes da...

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Thelma de Oliveira) - O senhor não se lembra da data?

**O SR. ELIAS SALAME DA SILVA** - Ah, não.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Thelma de Oliveira) - Houve vistoria ou fiscalização nos períodos anterior e posterior à suspensão?

**O SR. ELIAS SALAME DA SILVA** - Houve.



**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Thelma de Oliveira) - E o senhor na época tinha ATPFs em estoque?

**O SR. ELIAS SALAME DA SILVA** - Sim. Bem, durante um tempo, o IBAMA ficou com medo, eu digo, do Paulo Adário, de fazer e ficou inventando que tinha uma multa minha na pasta de uma empresa tal, outra multa. E levou quase seis meses sem me fornecer as ATPFs. E eu passei sem ATPF quatro meses. Quatro meses sem poder vender um tostão. Veja se o objetivo não era fechar.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Thelma de Oliveira) - Nesse período, em que o senhor estava com as ATPFs em estoque, quantas eram?

**O SR. ELIAS SALAME DA SILVA** - Ah, se eu tivesse recebido pelo menos uma informação para dar números precisos, eu teria anotado antes de vir, embora eu tenha sido convidado bem em cima da bucha.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Thelma de Oliveira) - Mas o senhor pode encaminhar para nós.

**O SR. ELIAS SALAME DA SILVA** - Quantas ATPFs eu tinha?

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Thelma de Oliveira) - Exatamente. No período em que houve a suspensão do plano de manejo.

**O SR. ELIAS SALAME DA SILVA** - Do plano de manejo?

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Thelma de Oliveira) - É.

**O SR. ELIAS SALAME DA SILVA** - Não, madame, eles ficaram ainda... Eu fiquei por volta de seis meses sem ter uma ATPF para faturar e não faturei um tostão. Uma empresa resiste a todas as dificuldades, menos não vender. Está explicado?

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Thelma de Oliveira) - V.Sa. tem algum projeto de reflorestamento? Quais são as áreas plantadas e planejadas, o número aproximado de mudas e o tipo de essências plantadas?

**O SR. ELIAS SALAME DA SILVA** - Olha, madame...

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Thelma de Oliveira) - Deputada, por favor.

**O SR. ELIAS SALAME DA SILVA** - Deputada, eu dirijo vários negócios. Eu dirijo a madeireira e tenho um sócio lá que é o que fica tomando conta dessas coisas. Eu administro uma fazenda de gado, eu administro dois loteamentos, administrava, concomitantemente, a associação comercial, a AIMEX etc. Não tenho



condições de guardar na cabeça esses números que a senhora quer que eu responda.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Thelma de Oliveira) - Mas o senhor pode nos enviar.

**O SR. ELIAS SALAME DA SILVA** - A senhora me dê isso que eu possa...

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Thelma de Oliveira) - O senhor teria um prazo de duas semanas para estar mandando essa informação para a CPI.

**O SR. ELIAS SALAME DA SILVA** - Olhe, madame, eu prefiro...

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Thelma de Oliveira) - Deputada.

**O SR. ELIAS SALAME DA SILVA** - Eu prefiro um prazo maior — e eu não só tenho muitas ocupações. Mas isso representa fazer revisão burocrática nos papéis já muitos passados.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Thelma de Oliveira) - O que eu tenho a dizer para o senhor, Sr. Elias, é que, normalmente, o prazo dado a todos os que aqui comparecem é de uma semana; no caso do senhor, nós já estamos sendo bastante flexíveis, concedendo duas semanas. A outra pergunta que eu tenho para o senhor...

**O SR. ELIAS SALAME DA SILVA** - Eu não quero garantir que possa cumprir isso em duas semanas.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Thelma de Oliveira) - Mas o senhor vai ter que cumprir. O senhor tem outros planos de manejo? Em caso afirmativo, eles já foram objeto de vistoria e fiscalização pelo IBAMA?

**O SR. ELIAS SALAME DA SILVA** - Como?

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Thelma de Oliveira) - O senhor tem alguns outros planos de manejo? E, se tem, se eles já foram objeto de vistoria e fiscalização pelo IBAMA.

**O SR. ELIAS SALAME DA SILVA** - Agora, ninguém tem projeto de manejo no Pará. Foram cancelados todos, porque estão em terra pública. E a União não quer mais que se faça nas terras dela. Hoje, antes de eu vir para cá, houve um convênio entre a Ministra do Meio Ambiente e o Governo do Estado para fazerem isso em conjunto. Não sei se vão fazer.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Thelma de Oliveira) - Em 2003, com a estrutura de que V.Sa. dispunha em seu plano de manejo, em Porto de Moz, quanto



tempo levaria para que fossem extraídos e explanados 25 mil metros cúbicos de madeira, prontos para o embarque?

**O SR. ELIAS SALAME DA SILVA** - Eu fiz uma parceria com os americanos, e eles trabalhavam por produção, e não por administração pessoal, entendeu? Eu não tenho mais serviço com eles e não posso responder.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Thelma de Oliveira) - Em 2003, nós estamos...

**O SR. ELIAS SALAME DA SILVA** - Como?

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Thelma de Oliveira) - A gente está se referindo a 2003, quando o senhor ainda tinha uma estrutura lá.

**O SR. ELIAS SALAME DA SILVA** - Ah, a produção sempre foi, religiosamente, de dentro do manejo.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Thelma de Oliveira) - Não, não é isso que eu estou perguntando. Nós estamos perguntando quanto tempo levaria para que fossem extraídos e explanados 25 mil metros cúbicos de madeira prontos para o embarque. Quanto tempo isso levaria. A pergunta é essa.

**O SR. ELIAS SALAME DA SILVA** - Com precisão, eu não posso dar. Mas, de acordo com o tempo de verão, era possível que esses vinte e tal mil metros de madeira fossem tirados em dois, três meses no máximo. No tempo de chuvas, talvez um pouco mais. E, de acordo com as condições iniciais, se já estavam as estradas abertas, era possível que esse tempo fosse bem mais curto.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Thelma de Oliveira) - Em fiscalização à área de seu plano de manejo, no início de agosto de 2003 foi diagnosticada a existência de apenas 62 metros cúbicos de madeira em pátio localizado às margens do Rio Jaurucu que foram embargados pelo IBAMA. Todavia, já no início de dezembro de 2003, durante a Operação Verde para Sempre, foram contabilizados 19,5 mil metros cúbicos no mesmo local. De onde veio toda essa madeira em apenas quatro meses?

**O SR. ELIAS SALAME DA SILVA** - Eu acabei de lhe dizer que se podia produzir isso em até dois, três meses, mas que não tinha precisão para lhe dar, porque essa extração foi em parceria com os americanos. E mais ainda: precisa de um tempo para abrir estradas, precisa de um tempo para marcar as áreas de extração. Se isso já estivesse pronto, cortar e transportar para o ponto era rápido.



**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Thelma de Oliveira) - Quer dizer que o senhor não vê nada...

**O SR. ELIAS SALAME DA SILVA** - Não é uma produção industrial em terra, em que a capacidade da máquina é serrar 20 metros e que serra 20 metros, aproximadamente, a cada dia. Na floresta, se o trabalho é de pesquisa, de abertura, entendeu, nesse tempo, não se extrai nada. A senhora quer que eu lhe dê resposta como se o manejo da floresta fosse uma operação industrial com precisão na produção. Não tenho capacidade para lhe dizer isso com segurança.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Thelma de Oliveira) - Quer dizer que é perfeitamente possível isso.

**O SR. ELIAS SALAME DA SILVA** - Não. Eu lhe disse que podia tirar... A senhora me falou em 25 metros, eu lhe disse que podia tirar em 2, 3 meses, e agora 19 a senhora quer que eu diga que seja impossível.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Thelma de Oliveira) - O que V.Sa. tem a declarar a respeito do desaparecimento de madeira apreendida na esplanada de V.Sa. durante a Operação Verde para Sempre?

**O SR. ELIAS SALAME DA SILVA** - Como é?

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Thelma de Oliveira) - O que V.Sa. tem a declarar a respeito do desaparecimento de madeira apreendida na esplanada de V.Sa. durante a Operação Verde para Sempre? É essa realmente a volumetria então apreendida? Quando a madeira teria desaparecido? Quem seria o responsável por esse desaparecimento?

**O SR. ELIAS SALAME DA SILVA** - Olhe, Deputada, eu não tenho competência policial. Primeiro de tudo, o porto era praticamente semipúblico e não tinha só a minha madeira lá. Uma coisa. Segunda coisa: o IBAMA apreendeu e não colocou ninguém como guarda da madeira. Não colocou ninguém como guarda da madeira. Eles escreveram na nota de apreensão — como é que chama? — “fiel depositário: ausente”. Quem era e que estava presente ou ausente nós desconhecemos. Então, também lá a madeira estava misturada. Os outros que não tiveram a madeira apreendida continuaram tirando a madeira dele. Já levantaram essa questão. Já chamaram a polícia. Nós não temos nada a ver com isso. A madeira não estava sob nossa proteção e sob nossa guarda.



**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Thelma de Oliveira) - Era essa madeira oriunda do plano de manejo suspenso de V.Sa.? Em caso negativo, qual era então a origem da madeira e por que foi toda ela creditada a V.Sa.? Em caso afirmativo, por que V.Sa. não assinou o auto de infração nem foi nomeado fiel depositário da madeira apreendida?

**O SR. ELIAS SALAME DA SILVA** - A madeira apreendida foi tirada de dentro do plano de manejo. Estava dentro dos limites de capacidade do plano de manejo. Eu vim aqui para fazer um depoimento, mas não para responder perguntas capciosas. Me desculpe, Deputada.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Thelma de Oliveira) - Por gentileza, nós estamos tratando o senhor com todo o respeito, e, como Parlamentar, eu vou exigir respeito do senhor até na forma de o senhor estar nos dirigindo a palavra.

**O SR. ELIAS SALAME DA SILVA** - Então não faça pergunta me incriminando como bandido.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Thelma de Oliveira) - Segurança, por favor. Eu estou fazendo a pergunta do nosso Relator. O senhor respeite o nosso Relator, que não está aqui presente. Ele deixou as perguntas a serem feitas. Exijo respeito do senhor à minha pessoa, aos outros Parlamentares e às pessoas que estão aqui assistindo a esta audiência pública. Senão, nós seremos obrigados a tomar as nossas providências. O senhor saiba se colocar e respeite a CPI. Respeite os membros da CPI. O senhor está aqui como depoente.

**O SR. ELIAS SALAME DA SILVA** - Se eu não respeitasse a Câmara e a CPI eu nem teria vindo.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Thelma de Oliveira) - Sr. Secretário, por gentileza. O senhor respeite a CPI. O senhor está aqui sob juramento. Nós não vamos... Sr. Presidente, por favor.

**O SR. ELIAS SALAME DA SILVA** - Juramento de responder a verdade, e não de ser afrontado.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Thelma de Oliveira) - Sr. Presidente, por gentileza. Quero dizer, antes de passar a Presidência ao Deputado Mendes Thame, que nós estamos sendo agredidas aqui pelo depoente. *(Pausa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Vou repetir a pergunta: o que o senhor tem a declarar a respeito do desaparecimento de



madeira apreendida na esplanada de V.Sa. durante a Operação Verde para Sempre? Nela foi apreendido um total de 46,8 mil metros cúbicos de madeira, sendo 24,6 mil metros cúbicos na sua esplanada. Posterior fiscalização do IBAMA, efetuada em junho de 2004 — portanto, seis meses depois —, constatou um total de apenas 17,2 mil metros cúbicos de madeira, sendo que, dos 24,6 mil metros cúbicos, estavam na sua esplanada apenas 9,5 mil metros cúbicos. O senhor poderia falar o que a respeito dessa volumetria apreendida e depois constatada? O que ocorreu com a madeira e, se ela desapareceu, quem seria o responsável por esse desaparecimento?

**O SR. ELIAS SALAME DA SILVA** - Bem, eu não tenho poder de polícia. E responder como desapareceu e por que desapareceu e quem a fez desaparecer eu não tenho nenhuma possibilidade de responder. Eles, quando apreenderam a madeira e mandaram o talão de multa para nós, puseram onde era o guardião, o fiel depositário, apenas “ausente”. Eu não sei quem era. Então, não tinha por que botar guarda lá para ficar vigiando, mesmo porque não tinha só a madeira que era nossa. Se eu conseguir derrubar a apreensão e a multa, aí é que eu vou discutir.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Essa madeira que estava lá, ela não vem da área do plano de manejo florestal sustentável de sua responsabilidade?

**O SR. ELIAS SALAME DA SILVA** - Veio, com toda a segurança, e o saldo que tinha ainda no projeto de manejo era superior a essa quantidade de madeira. Ela foi extraída lá e veio para o porto para poder embarcar nas nossas balsas e chegar até a indústria, porque o manejo é central, ou era central.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Ou seja, pelo que o senhor está nos afirmando, os 24,6 mil metros cúbicos, que foram constatados pela Operação Verde para Sempre, advieram do seu plano de manejo florestal sustentado. É isso?

**O SR. ELIAS SALAME DA SILVA** - Isso mesmo que eu estou dizendo. Não posso precisar se eram 24 mil metros. Ninguém meu estava presente lá a não ser um simples mateiro, sem nenhuma capacidade de... E, pelo que ele me disse, eles não mediram nada. Eles olharam, mediram só com os olhos.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - O plano de manejo que o senhor tem aqui aprovado é um plano de manejo de que área? Quantos hectares?

**O SR. ELIAS SALAME DA SILVA** - Bem, a área era de 2.200, 2.300 hectares, mas a área — como é que a gente diz? —, a área contada, a área levantada era de mil hectares. E eram esses mil hectares que estavam sendo extraídos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Desses mil hectares é que foram extraídas as madeiras que perfizeram os 24,6 metros cúbicos detectados na Operação Verde para Sempre?

**O SR. ELIAS SALAME DA SILVA** - Exatamente. Antes de aprovarem o manejo, o IBAMA mandou fiscalizar o romaneio da floresta e ainda reduziu o número achado para o número permitido para extrair, e estava tudo dentro do orçamento ou do levantamento da área... Não. Como é que a gente chama? Eu já estou até...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Do plano.

**O SR. ELIAS SALAME DA SILVA** - Como?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Estava do previsto no plano.

**O SR. ELIAS SALAME DA SILVA** - Não, do plano, não. Você tem é que inventariar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - O inventário.

**O SR. ELIAS SALAME DA SILVA** - No inventário das árvores.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Mas, se essa madeira, toda ela vinha, como o senhor está afirmando, de um plano de manejo sustentável aprovado, legalmente aprovado, por que o senhor não ficou como fiel depositário dessa madeira?

**O SR. ELIAS SALAME DA SILVA** - Primeiro, eu estava em Belém, entendeu? Eu até gostaria. Pelo menos eu tinha levado ela lá para o meu pátio da indústria. E está fazendo falta para nós agora. Eu gostaria.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Sim, mas e depois, quando o senhor recebeu...



**O SR. ELIAS SALAME DA SILVA** - Talvez tenha isso que eles tenham querido dizer que queriam me fazer fiel depositário e puseram, nas multas que me mandaram pelo Correio, pelo Correio, com aviso de recebimento. Lá, onde estava no documento “fiel depositário”, eles escreveram “ausente”, com a mesma letra do que lavrou o auto.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Sim. Quando o senhor recebeu esse AR, da via amarela, o senhor poderia ter anuído e assumido a figura de fiel depositário?

**O SR. ELIAS SALAME DA SILVA** - Eu estava em Belém. Não sabia nem o que tinha lá. Não tinha nenhuma possibilidade. E também eles não me pediram. Senão, eu teria mandado conferir, e assumia, e pedia permissão para tirar de lá, em vez de ficar abandonado, com uma despesa enorme de guardas, na beira de um rio, num porto que todo mundo tem acesso. Teria levado para o pátio da minha indústria.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - O senhor recebeu uma multa de 3 milhões de reais.

**O SR. ELIAS SALAME DA SILVA** - Não, a multa foi de 2 milhões e 400 mil reais — recebi porque estava desmatado lá o lugar onde estavam as toras —, mais uma multa de 176 mil reais e alguma outra que nós já derrubamos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Certo. E o senhor recorreu dessa multa no prazo hábil.

**O SR. ELIAS SALAME DA SILVA** - Ah, sim, nem tenho condições de pagar, nem vendendo a alma!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - E atualmente o senhor também está recorrendo de outras multas, Sr. Salame? Há mais outras multas?

**O SR. ELIAS SALAME DA SILVA** - Olhe, eu tinha algumas multas pequenas assim, e que todas foram recorridas, entendeu? Não sei do resultado porque o IBAMA não está respondendo nada. Mas, se tivesse as multas, sem defesa, há muito tempo que eles teriam executado a cobrança.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - O Gerente-Executivo do IBAMA em Belém do Pará, Sr. Marcílio Monteiro, declarou que, apesar de estar com a sua licença suspensa, o senhor continuou com a extração irregular de madeira. O que o senhor poderia dizer a respeito?



**O SR. ELIAS SALAME DA SILVA** - Ele está mentindo. Eu nunca fiz desrespeito à lei. Eu advoguei muitos anos, lutei contra um poder revolucionário, e a única coisa que eu tenho para invocar em meu favor é a lei. Portanto, eu respeito a lei.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - O senhor disse, em entrevista a *O Liberal* — não sei se reproduziram corretamente —, mas o senhor disse em janeiro de 2001 — nós temos aqui a sua entrevista — que o contrabando de madeira não acaba porque interessa a muita gente. Tem muita gente que ganha com isso. Entre os que ganham, estão funcionários do Governo?

**O SR. ELIAS SALAME DA SILVA** - Olha, numa reunião, no Palácio do Governo do Pará, presente, no momento, o Ministro Sarney Filho, toda a *entourage* do IBAMA, o Governador do Estado, toda a *entourage* específica do Governo do Estado, vários Parlamentares e vários industriais, eu estava lutando para que se desse a cota certa para os exportadores de mogno, porque eu represento a associação dos exportadores, no momento — ou representava. E disse textualmente que milhares de metros cúbicos de mogno saem da terra do índio, e o índio não vê; passam por todas as áreas de fiscalização, e os fiscais não vêem; são embarcados, e a alfândega não vê, e o IBAMA também não vê. Que diabo de invisibilidade é isso? Isso eu disse na frente de todos eles e repeti aqui em viva voz. Agora, não sou funcionário do Governo nem sou polícia. Não tenho que fazer isso por eles. Eu apenas lhe garanto, com o exemplo da minha vida pregressa, que eu não faço isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - O senhor conhece os Srs. Edson Cruz, Marcelo Cruz, Marcelo Marquesini e Geraldo Pastana?

**O SR. ELIAS SALAME DA SILVA** - Olha, eu conheço mais de 200 mil pessoas. Esses nomes não me são estranhos, entendeu? Eu devo conhecê-los, mas não posso precisar minúcias nem...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - O Sr. Marcelo Marquesini, no dia 29 de setembro agora, na semana passada, afirmou que só era possível aos técnicos do IBAMA entrar na sua propriedade acompanhados da Polícia Federal e do Exército — e pelo que me disse a Deputada que me antecedeu aqui, o senhor realmente não mede muito o que fala —, acompanhados da Polícia Federal e do Exército, porque o senhor era considerado um cidadão muito perigoso,



ele disse, e que possuía armamento pesado. Segundo o que ele disse, teriam sido apreendidos com um preposto de V.Sa., um cidadão norte-americano, trabalhando para o senhor, William Paul Davis, 7 armas de fogo, incluindo um Fuzil M-14. O que o senhor poderia declarar a respeito?

**O SR. ELIAS SALAME DA SILVA** - Posso declarar que eles tinham um Rifle 22, que o avô dele trouxe dos Estados Unidos. E aí puseram em todos os jornais que era uma arma pesada, capaz de derrubar avião. Eles estão mentindo. Só foi esse Rifle 22 que eles apreenderam. E nem pegaram o rifle. Apenas perguntaram para ele se ele tinha. Ele foi, abriu o caixote — o americano está aí —, abriu o caixote, pegou a arma e deu para eles. Isso é uma gente muita séria, de grande religiosidade.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - O senhor tem notícia sobre qual foi a participação do Greenpeace na Operação Verde para Sempre?

**O SR. ELIAS SALAME DA SILVA** - A minha impressão é que eles comandaram tudo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Técnicos do IBAMA que participaram da Operação Verde para Sempre apontaram que na área do seu projeto de manejo florestal sustentado havia bloqueios com toras nas estradas de acesso para esconder ou dificultar as atividades do IBAMA. Daí a necessidade de utilização do helicóptero. O que o senhor pode declarar a respeito?

**O SR. ELIAS SALAME DA SILVA** - O pessoal do IBAMA que foi fiscalizar foi numa caminhonete dos americanos para todo lugar, levado por eles, pelos americanos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - - Não entendi. Que americanos?

**O SR. ELIAS SALAME DA SILVA** - Os que trabalhavam comigo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Sim, os americanos...

**O SR. ELIAS SALAME DA SILVA** - O senhor citou aí o nome, ainda agora.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Paul Davis. E o que tem... Eles é que faziam o bloqueio?

**O SR. ELIAS SALAME DA SILVA** - Não.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - A pergunta é a seguinte: se era feito o bloqueio na sua...

**O SR. ELIAS SALAME DA SILVA** - O bloqueio que talvez tenham feito é porque eu vendi umas terras lá para a Croatinga. A Croatinga fez um campo de aviação, e o campo de aviação estava dentro das minhas terras. Eu requeri para a Aeronáutica que cancelasse o campo de aviação. E a Aeronáutica cancelou, porque foi mostrado por A mais B que não estava nas terras deles. E era nesse campo de aviação que eles... o IBAMA e toda a polícia sempre foram para lá.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Onde está, hoje, sediado esse senhor norte-americano, William Paul Davis? Na sua propriedade?

**O SR. ELIAS SALAME DA SILVA** - Não. Não tinha mais como trabalhar comigo, porque eu não tinha mais autorização.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Autorização para...

**O SR. ELIAS SALAME DA SILVA** - Para o plano, não é?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Para o plano.

**O SR. ELIAS SALAME DA SILVA** - Então, não estava mais comigo. As propriedades, hoje, estão absorvidas pela reserva.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Sei. E onde se encontra esse Sr. William? O senhor tem idéia de onde pode ser encontrado? Em que local se encontra esse senhor?

**O SR. ELIAS SALAME DA SILVA** - Exatamente agora eu não sei. Mas eu posso responder isso rapidamente, entendeu? Estão trabalhando legalmente para o outro lado do Estado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Segundo notícia veiculada na imprensa, no dia 20/06/2005, o Presidente do IBAMA criou uma Comissão Especial para estudar a melhor forma de doar a madeira apreendida e explorada ilegalmente, que ainda está estocada na Resex Verde para Sempre — doar essa madeira à população local. Todavia, denúncia recebida por esta CPI dá conta de que boa parte dessa madeira já está sendo desviada por servidores do IBAMA. O senhor tem conhecimento disso?



**O SR. ELIAS SALAME DA SILVA** - Bem, independente dessa apreensão no porto, teriam ficado no meio da floresta por volta de 2 mil metros cúbicos de tora. Mas nós nunca nem conseguimos ir lá, entendeu? Não temos mais capacidade legal para ir buscá-la. Mas estamos sabendo que ela está sendo roubada de lá. Não foi apreendida nem nada. Está apenas sendo roubada. Como estava lá dentro, nós não tínhamos mais acesso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Lá dentro, o senhor disse...

**O SR. ELIAS SALAME DA SILVA** - Lá dentro do manejo florestal.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - As empresas associadas à AIMEX assinaram em 92. O senhor já era o presidente?

**O SR. ELIAS SALAME DA SILVA** - Em 92... Bem, vamos pegar... agora, 2005, não é? Dois mil e cinco menos 8...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Menos 13.

**O SR. ELIAS SALAME DA SILVA** - Menos 8. Eu fiquei 8 anos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Ah, sim, o senhor ficou 8. Então, não. Está perfeito. Portanto, o senhor não tem como responder a essa pergunta.

**O SR. ELIAS SALAME DA SILVA** - Se é anterior a 97, não.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Não. Pois é. Em 92 elas assinaram um compromisso, uma declaração, garantindo aos compradores estrangeiros que não comercializavam madeira tirada de terras indígenas. Isso vem sendo cumprido até hoje?

**O SR. ELIAS SALAME DA SILVA** - Olha, nós expulsamos, excluimos da AIMEX vários madeireiros, que continuaram trabalhando com mogno clandestino. Então, enquanto eu presidi a AIMEX, não admitia que se desmoralizasse a AIMEX. Então, alguns associados foram excluídos por causa da participação deles no comércio do mogno, fora da lei.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Passamos a palavra, agora, aos Deputados que tenham alguma pergunta.

Deputados Dr. Francisco Gonçalves, Maria Helena, alguma pergunta?

**O SR. DEPUTADO DR. FRANCISCO GONÇALVES** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu queria fazer algumas perguntas ao empresário, Sr. Elias Salame



da Silva. Sr. Elias, eu queria saber: o senhor, sendo empresário e detentor de propriedades de terras, quantos hectares o senhor possuiu, em nome de suas empresas?

**O SR. ELIAS SALAME DA SILVA** - O meu sócio, Fuad (*ininteligível*), era comerciante no Município mais de 20 anos antes de se associar comigo. E ele vivia do extrativismo da maçaranduba, da castanha. E, para o pessoal dele poder explorar isso sem oposição, ele ia comprando as posses das pessoas que tinham esses títulos de posse, que o Governo já tinha até cancelado — sem indenização, se diga. Então, o Fuad está lá há mais de 50 anos. Eu vou repetir: há mais de 50 anos. E grande parte —até, por exemplo, as terras em que estava o meu manejo — nós compramos dele. Não sei o que ele ainda tem, porque grande parte estava dentro dessa área que se tornou o manejo florestal. Ele tem, como eu tenho, fazendas de gado. Mas não sou capaz de dizer o que ele tem de fazendas de gado.

**O SR. DEPUTADO DR. FRANCISCO GONÇALVES** - O senhor... Pelo que entendi, o senhor e o Fuad são sócios.

**O SR. ELIAS SALAME DA SILVA** - Como?

**O SR. DEPUTADO DR. FRANCISCO GONÇALVES** - São sócios.

**O SR. ELIAS SALAME DA SILVA** - Somos sócios há 30 anos.

**O SR. DEPUTADO DR. FRANCISCO GONÇALVES** - E não sabe a dimensão de terra que o senhor tem, juntamente com o Sr. Fuad?

**O SR. ELIAS SALAME DA SILVA** - Não. E o fato de eu ser sócio dele não me dá direito de me intrometer nos negócios que não são da sociedade.

**O SR. DEPUTADO DR. FRANCISCO GONÇALVES** - Sendo sócio, o senhor não conhece o que o senhor tem?

**O SR. ELIAS SALAME DA SILVA** - Aprendi a respeitar todo mundo.

**O SR. DEPUTADO DR. FRANCISCO GONÇALVES** - Não, mas são sócios. O senhor não sabe o que o senhor tem, então. Sendo sócio dele, o senhor não tem conhecimento da área...

**O SR. ELIAS SALAME DA SILVA** - Do que ele tem.

**O SR. DEPUTADO DR. FRANCISCO GONÇALVES** - Mas são sócios.

**O SR. ELIAS SALAME DA SILVA** - Como?

**O SR. DEPUTADO DR. FRANCISCO GONÇALVES** - Quando é sócio, a gente admite...



**O SR. ELIAS SALAME DA SILVA** - Não somos sócios nas terras. Somos sócios na indústria.

**O SR. DEPUTADO DR. FRANCISCO GONÇALVES** - Sei. Pelo que o senhor falou aí, deu para nós entendermos muito bem que não existe a Justiça no Brasil, pelo que extrai a madeira. A madeira sai dali da terra dos índios — os índios não sabem que estão sendo lesados, passa por vários postos fiscais, e eles não vêem a madeira; o IBAMA libera a madeira, a madeira é exportada, e ninguém viu nada. É isso que o senhor quis dizer?

**O SR. ELIAS SALAME DA SILVA** - Isso é o que eu disse, que falei na reunião em que estavam presentes o Ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, toda a *entourage* do Ministério dele e do IBAMA, o Governador anterior a esse — Como é? Almir Gabriel —, a *entourage* do Governador, vários Parlamentares federais, vários empresários. E a questão era que nós queríamos que aumentasse a liberação da exportação do mogno. E, em vez disso, cortaram-na toda. A resposta para o meu pleito foi cortarem-na toda. E, depois de cortada, começaram a apreender 2 mil metros, mil não sei quanto. E nessa reunião eu disse que milhares de metros cúbicos passavam por toda a parte e ninguém via. Perguntei que milagre de invisibilidade...

**O SR. DEPUTADO DR. FRANCISCO GONÇALVES** - Impressiona-me muito, porque, na realidade, a gente... eu, sendo um Deputado das Minas Gerais, ver que o Estado do Pará não tem nenhum controle, nenhum controle, pelas suas afirmações, na área da Justiça. Porque a madeira saí, é vendida, é exportada, ninguém sabe de nada, a polícia não toma conhecimento, o IBAMA não toma conhecimento. Considero, assim, uma verdadeira vergonha para o IBAMA, no Estado do Pará, acontecer toda essa série de intervenções na área madeireira sem que haja um responsável, um setor responsável. Isso é que me deixa, assim, bastante preocupado. Sabemos das deficiências, principalmente de fiscais, mas o Brasil se torna cada vez mais pobre, com maiores dificuldades de fiscalização. E a gente passa realmente a não acreditar na Justiça dos Estados que detêm a área florestal, como Amazonas, como Pará, Mato Grosso. E, aí, é dessa maneira que a gente vai sentindo a grande dificuldade de ter uma Justiça inoperante. É a impressão que me dá. O senhor concorda com essas palavras minhas?



**O SR. ELIAS SALAME DA SILVA** - Não. O Governo da União é o maior grileiro das terras do Pará e já grilou muito mais da metade das terras. Agora, ultimamente, fez uma lei em que ele pode tomar a terra sem precisar fazer um processo judicial. O prejudicado é que tem que brigar, compreendeu? As das beiras da estrada — 100 quilômetros para cada lado, entendeu —, das estradas em construção e dos projetos que nunca serão construídos passaram a ser da União. Esse decreto foi revogado, mas os efeitos dele não. A União também nunca pagou o Estado do Pará. Pela nossa Constituição republicana inicial, as terras devolutas eram dos Estados. E devem continuar sendo. Talvez o excesso de poder no Governo Federal é que esteja causando essa degeneração. Eu sempre digo que o poder constante, a riqueza continuada, os aplausos contínuos degeneram, emasculam e até embotam. Veja os imperadores romanos, a degeneração. Veja os ditadores, a degeneração. Então, o que precisa é distribuir o poder melhor neste País. Nós temos um grande povo, talvez o povo novo maior do mundo, altamente miscigenado, sem vícios de ancestralidade, de violência, de religiosidade e de conquistas. Nós temos um território espetacular. Temos uma grande nação. Mas sempre tivemos uma péssima administração. Precisa que o povo chegue lá.

**O SR. DEPUTADO DR. FRANCISCO GONÇALVES** - Sra. Presidenta, muito obrigado.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Maria Helena) - Eu pergunto ao Deputado Hamilton Casara se deseja fazer alguma pergunta.

**O SR. DEPUTADO JOSUÉ BENGTON** - Apenas quero fazer um registro.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Maria Helena) - Com a palavra o Deputado Josué Bengton.

**O SR. DEPUTADO JOSUÉ BENGTON** - Quero parabenizar o Sr. Elias Salame da Silva, um homem que eu conheço, no Estado do Pará, há quantos anos. Já experiente, muitos anos na luta, viajando por aquele interior, fazendo palestras. E a cada ano ele se renova no seu entusiasmo pela causa do Pará e do Brasil. Apenas quero parabenizar o senhor pelo pronunciamento — a parte a que eu assisti —, pela maneira como o senhor se desenvolveu neste trabalho, nesta CPI, neste dia.

**O SR. ELIAS SALAME DA SILVA** - Eu agradeço do fundo do meu coração, do âmago da minha alma. Isso me conforta para continuar lutando. Eu podia fazer muito mais pelo Pará, se, quando os meus filhos não tivessem chegado na idade de



trabalho, não fossem tão perseguidos, só por serem meus filhos, que tiveram que se mudar para outros Estados. Estão no Rio de Janeiro, em Santa Catarina, em São Paulo. E prosperaram tanto lá que não voltaram mais para o Pará. E o meu Estado perdeu esse trabalho. Por exemplo, no Rio de Janeiro, os Hospitais Dor, Copa Dor, Barra Dor etc. foram idéia e iniciativa do meu filho, que, com um grupo de colegas, fez isso. O Grupo Hospitalar do Rio de Janeiro é, talvez, o plano de saúde que tem hospitais próprios. E está crescendo cada vez mais.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Maria Helena) - Com a palavra o Deputado Hamilton Casara.

**O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA** - Obrigado, Sra. Presidenta. Quanto ao depoimento, eu vou me reservar a me posicionar posteriormente. Na verdade, ouvi poucas palavras do depoente, mas quero apenas reafirmar o meu propósito de que nós possamos aprofundar os trabalhos desta Comissão em cima do transporte e da retirada ilegal de madeira em toda a Amazônia, particularmente do mogno, que tem sido, na realidade, extração ilegal de projetos que não têm tido sustentabilidade. São as minhas palavras, Sra. Presidenta.

**O SR. ELIAS SALAME DA SILVA** - Posso falar? Sempre aprendi que a riqueza amontoadada e abandonada é um festim para os aproveitadores. Onde estão os grandes ladrões no serviço público? Onde tem um montão de dinheiro. Então, onde estão saqueando as terras?

**O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA** - Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Josué Bengtson) - Pois não, Deputado Casara.

**O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA** - Sr. Presidente, nós entendemos que a posição do depoente é prestar informações, no que diz respeito à extração ilegal. E nós queremos colocar...

**O SR. ELIAS SALAME DA SILVA** - Humildemente, eu peço desculpas.

**O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA** - Queremos colocar que o senhor foi orientado, quando do primeiro momento do seu depoimento, e reafirmar a necessidade do aprofundamento desta CPI, com relação à extração ilegal de madeira, particularmente a do mogno.

**O SR. ELIAS SALAME DA SILVA** - Já pedi desculpas, com muita humildade, ao Sr. Deputado. Isso não se repetirá mais. Não saio do assunto.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Josué Bengtson) - Não havendo mais nenhum Deputado inscrito para fazer perguntas ao Sr. Elias Salame, nós queremos lhe agradecer pela sua participação na nossa CPI. E o depoente está dispensado.

Nós queremos, antes de ouvir a próxima pessoa que irá prestar o seu depoimento, apreciar alguns requerimentos.

Requerimento nº 142/05, do Sr. Sarney Filho, que requer sejam convocadas a comparecer perante esta CPI, na condição de testemunhas, com a finalidade de prestar depoimento sobre fatos relacionados ao campo de investigação desta Comissão, as seguintes pessoas: Sr. Rilmar Firmino de Souza, delegado de Polícia do Estado do Pará; Sr. Gustavo Mascarenhas da Paixão, ex-assessor da Prefeitura de Medicilândia, Pará; Jurandir Plínio, Presidente da Câmara Municipal de Anapu, Pará; Paulo de Tarso da Silva Menezes, servidor do IBAMA no Estado do Pará; e Sr. Valter Navarro da Silva Júnior, servidor do IBAMA em Santarém.

Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, encerrada a discussão.

Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento nº 145/05, do Sr. Sarney Filho, que requer sejam convocadas a comparecer perante esta CPI, na condição de testemunhas, com a finalidade de prestar depoimento sobre os fatos relacionados ao campo de investigação desta Comissão, as seguintes pessoas: Sr. Paulo Anacleto, Vereador em Anapu, Pará; Sr. Apolinário Faria da Silva, Vereador em Anapu, Pará; Sr. Amarildo dos Santos Abreu, motorista em Anapu, Pará; Sr. Ismael Antônio de Moraes, advogado do Estado do Pará; Sr. Marcos Antônio de Queiroz Lemos, Delegado de Polícia Civil do Pará; Sr. Regivaldo Galvão, empresário em Altamira, Pará; e Sra. Rosângela Nunes Galvão, esposa do Sr. Regivaldo Galvão.

Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, encerrada a discussão.

Em votação.

Aqueles que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.



Requerimento nº 149/05, do Sr. Sarney Filho, que requer ao IBAMA cópia dos seguintes relatórios: Operação Mogno, São Félix do Xingu; Operação Terra do Meio; Operação Altamira Mogno; Operação Porto de Moz; Operação Verde para Sempre; Operação Terra do Meio, Riozinho do Anfrísio.

Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, encerrada a discussão.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Deputados e Deputadas que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento nº 150/05, do Sr. Sarney Filho, que requer sejam convocadas a comparecer perante esta CPI, na condição de testemunhas, com a finalidade de prestar depoimentos sobre fatos relacionados ao campo de investigação desta Comissão, as seguintes pessoas: Sr. Marcelo Sauwen Cruz, servidor do IBAMA, lotado na CGFI/DIPRO; Sr. Edson Cruz, servidor do IBAMA, lotado na CGFI/ DIPRO; Sr. José Ricardo Araújo Lima, servidor do IBAMA, lotado na GEREX de Santarém; Sr. Manoel Costa Filho, servidor do IBAMA, lotado na GEREX de Santarém; Sr. Willian Paul Davis, cidadão norte-americano, envolvido em extração de madeira no Estado do Pará; Sr. Frederico Augusto di Trindade Amado, Procurador Federal do IBAMA, no Pará; Sr. Gabriel Costa da Silva, Procurador Federal do IBAMA, no Pará.

Em discussão. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Nós temos mais um requerimento, que será um requerimento para alguém ser ouvido reservadamente e será deliberado, apreciado após a oitava da próxima testemunha.

Convido a Sra. Meire Pessoa Cabral a tomar assento à Mesa. *(Pausa.)*

Solicito à Sra. Meire Pessoa Cabral que preste o juramento, em atendimento ao art. 203 do Código de Processo Penal.



**A SRA. MEIRE PESSOA CABRAL** - Boa-tarde para todos. Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Josué Bengtson) - Nós franqueamos à Sra. Meire a palavra, se ela quiser fazer uso, por até 20 minutos. A senhora quer falar? Quer usar da palavra?

**A SRA. MEIRE PESSOA CABRAL** - *(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Josué Bengtson) - A Sra. Meire está abrindo mão de usar a palavra. Ela se coloca à disposição dos Srs. Deputados para ser inquirida, para responder às perguntas que lhe forem feitas, formuladas.

**A SRA. MEIRE PESSOA CABRAL** - Eu gostaria que fosse reservado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Josué Bengtson) - A Sra. Meire está solicitando para dar o seu depoimento reservadamente. Eu coloco em discussão, para ser deliberado o seu pedido.

Deputado Dr. Francisco.

**O SR. DEPUTADO DR. FRANCISCO GONÇALVES** - As perguntas que serão feitas à empresária Meire Pessoa foram feitas pelo Deputado José Sarney Filho, não é isso? Os questionamentos. Então, o Deputado José Sarney Filho não está presente. Eu queria dizer que, da minha parte, não vejo nenhum obstáculo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Josué Bengtson) - Então, em votação a solicitação da Sra. Meire Pessoa Cabral: que o seu depoimento seja transformado em depoimento sigiloso ou reservado.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Suspendemos a sessão para que as informações dela sejam tomadas em reservado.

*(A reunião é suspensa.)*